



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – UMA ANÁLISE DOS BANCOS LISTADOS NA B3

Ladyjane Vito Gonçalves da Costa¹
Isabella Christina Dantas Valentim²

RESUMO:

Essa pesquisa teve como objetivo, demonstrar a distribuição do valor adicionado entre os contribuintes de sua geração, denominados: Pessoal, Governo, Remuneração de Capital Próprio e Remuneração de Capital de Terceiros, realizada através da análise da DVA, dos bancos que compõe o Índice Financeiro - IFNC, com ações negociadas na B3, no período de 2018 a 2019. Na fundamentação teórica, são demonstradas informações relacionadas a Demonstrações Contábeis, Demonstrações do Valor Adicionado, Índice Financeiro - IFNC e estudos anteriores. Esse estudo torna-se importante, porque através dos resultados obtidos por meio da análise da DVA, é demonstrado o quanto os bancos contribuem para a sociedade, auxilia os gestores e investidores a conhecer melhor seu negócio e propicia informações que podem ser utilizadas na gestão das instituições bancárias. Na metodologia, quanto ao objetivo, a pesquisa caracteriza-se descritiva, com abordagem quantitativa. A pesquisa identificou que o segmento que mais se destinou a riqueza gerada foi o de Remuneração de Capital Próprio, apresentando percentuais de 43,40% em 2018 e 51,20% em 2019, o segundo a receber a maior parte foi o segmento Pessoal, com percentuais de 34,10% em 2018 e 33,10% em 2019, em terceiro, foi o segmento Governo, demonstrando percentuais de 13,80% em 2018 e 2,70% em 2019 e por último o segmento denominado Remuneração de Capital de Terceiros apresentando os menores percentuais, com percentual de 2,20% em 2018 e 2,60% em 2019. Conclui-se que no período pesquisado o segmento que recebeu a maior destinação do valor adicionado foi o Remuneração de Capital Próprio.

PALAVRAS-CHAVES: Demonstração do Valor Adicionado. Índice Financeiro. Distribuição de Riqueza.

ABSTRACT:

This research aimed to demonstrate the distribution of added value among taxpayers of its generation, named: Personal, Government, Financial Equity Remuneration and Third Party Remuneration, carried out through the analysis of the DAV, of the banks that make up the Index - IFNC, with shares traded on B3, in the period from 2018 to 2019. In the theoretical basis, information related to Financial Statements, Written Value Statements, Financial Index - IFNC and previous studies are shown. This study becomes important, because through the results obtained through the analysis of the Demonstration of Acquired Value (DAV), it is integrated how much the banks contribute to a society, helps managers and investors to know

¹Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pelo Uniesp Centro Universitário. E-mail: ladyjanevt@hotmail.com

²Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira do Uniesp Centro Universitário. E-mail: isabella.cdantas@iesp.edu.br

their business better and provides information that can be used in the management of banking institutions. In the methodology, regarding the objective, a research, when descriptive, with a quantitative approach. The survey identified that the segment that most targets the wealth generated was Equity Compensation, specific percentages of 43.40% in 2018 and 51.20% in 2019, the second to receive most of the Personal segment, with percentages of 34.10% in 2018 and 33.10% in 2019, in third, was the Government segment, showing percentages of 13.80% in 2018 and 2.70% 2019 and lastly the segment called Third Party Capital Remuneration the lowest percentages are represented, with a percentage of 2.20% in 2018 and 2.60% in 2019. It is concluded that in the researched period the segment that contains the largest allocation of added value was the Equity Remuneration.

KEY WORDS: Demonstration of Written Value. Financial Index. Wealth Distribution.

1 INTRODUÇÃO

O perfil das empresas vem modificando ao longo dos anos, adaptando-se conforme as exigências legais, do mercado e da sociedade, as empresas estão diante de uma comunidade cada vez mais preocupada com o desenvolvimento econômico, como também, o social, buscando informações que demonstrem como as entidades empresariais estão preocupadas com questões socioambientais. De acordo com Viceconti e Neves (2018) vem se tornando cada vez mais comum ver empresas preocupadas com suas responsabilidades perante a sociedade a qual estão inseridas.

Diante do contexto, as empresas tendem a desenvolver suas atividades e demonstrar suas informações conforme as necessidades legais exigidas, deixando apenas de visar o lucro mais também demonstrando sua participação e contribuição perante a sociedade. Sendo assim, as entidades poderão permanecer no mercado e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em seu campo de atuação. Segundo Viceconti e Neves (2018) as entidades empresarias não possuem simplesmente o objetivo de gerar lucros para acionistas e sócios, em pretérito recente, elas têm a preocupação em evidenciar, como principal agente econômico gerador de riquezas na sociedade.

A ciência que dar o suporte as empresas para que estas informações sejam divulgadas, com credibilidade, veracidade e relevância para análise e tomadas de decisões é a contabilidade, que tem a responsabilidade de controlar, analisar, interpretar, e registrar os fatos ocorridos no patrimônio das empresas, revelando estes fatos através das demonstrações contábeis, com o propósito de fornecer informações úteis sobre os elementos que compõe o patrimônio, sobre variações ocorridas neste e o seu resultado econômico derivado da administração da riqueza econômica. Segundo Padoveze (2018) a contabilidade tem o

objetivo de controlar o patrimônio, tal controle é realizado por meio de coleta, armazenamento e processamento das informações decorrentes dos fatos que modificam o conjunto patrimonial, por definição a contabilidade é como um sistema de informação que controla o patrimônio da empresa.

Sendo assim, a contabilidade tem a finalidade de atender tanto os usuários internos, como também, os externos. As informações contidas nas demonstrações contábeis têm, dentre seus objetivos, tem-se o de revelar como as entidades estão aplicando seus recursos e distribuindo suas riquezas, inclusive no que tange à responsabilidade socioambiental das organizações. Segundo Alves (2016) visando satisfazer as necessidades dos seus usuários, respeitando a legislação, os princípios e convenções, um dos objetivos da contabilidade, é fornecer informações por meio de relatórios, ou seja, as demonstrações contábeis.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA colabora com a relação Entidade e Sociedade, levando em conta que as empresas têm ligações com os agentes econômicos. As entidades são os componentes da sociedade responsáveis pela geração e distribuição das riquezas. Ribeiro (2018) afirma que a Demonstração do Valor Adicionado torna evidente o quanto de riqueza uma entidade produziu, isto é, o quanto foi adicionado de valor aos seus fatores de produção, e quanto e como foi à distribuição dessa riqueza entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital, como também a parcela da riqueza que não foi distribuída.

O objetivo da DVA é revelar o papel social das entidades, apresentando de forma clara a geração de sua riqueza para que toda a comunidade possa conhecer sua função na criação de valor para a sociedade.

A responsabilidade de gerir o mercado de ações brasileiro é da Bolsa Brasil Balcão – B3. A B3 disponibiliza diversos índices tais como de amplos, governança, setoriais e de segmentos, no índice setorial podemos encontrar o Índice Financeiro – IFNC que será utilizado como referência para a análise apresentada nesse artigo.

Portanto, por meio da análise das Demonstrações do Valor do Adicionado pretende-se responder o seguinte questionamento: **Como os Bancos que compõe o Índice Financeiro – IFNC, com ações negociadas na B3 distribuíram o valor adicionado?** Assim, o referido estudo tem por objetivo evidenciar a distribuição da riqueza gerada entre os agentes econômicos envolvidos na sua criação, como empregados, governo, investidores e financiadores de capital dos bancos que formam o IFNC, nos anos de 2018 e 2019.

Diante do cenário atual, a pesquisa justifica-se dado à relevância da Demonstração do Valor Adicionado em demonstrar a contribuição que os bancos trazem para a sociedade; por

ser um instrumento que auxilia gestores e acionistas a conhecer melhor seu negócio; por propiciar informações que podem ser usadas na gestão dos bancos. No meio acadêmico, justifica-se, pois, é aplicado o conhecimento teórico adquirido na academia, servindo de base para pesquisas futuras. Tendo em vista que pesquisas dessa natureza já foram realizadas, como podemos observar em Pinto e Freire (2013), Azevedo (2015), Streck (2016) e Silva et al.(2018), portanto, se faz essencial um estudo atual dessa natureza, retratando os benefícios da análise da DVA para os agentes econômicos.

Inicialmente, para realização do estudo, buscou-se, através da pesquisa bibliográfica, um conhecimento teórico a respeito da Demonstração do Valor Adicionado e responsabilidade social empresarial dos bancos, objeto de análise deste estudo. Uma abordagem quantitativa, analisando as Demonstrações do Valor Adicionado com a realização de uma coleta de dados no sítio eletrônico da Brasil Bolsa e Balcão – B3, para o qual se utiliza a população de entidades do segmento de bancos que compõem o Índice Financeiro - INFC da B3, que divulgaram a DVA no recorte temporal de 2018 e 2019.

Este artigo está estruturado em cinco partes. Após esta introdução, a segunda parte aborda o referencial teórico que norteia a pesquisa e estudos relacionados sobre a temática. Logo após, a terceira parte apresenta a metodologia aplicada. Na quarta parte são abordadas as análises dos dados e os resultados encontrados e a última as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte, está explanada assuntos relacionados às Demonstrações Contábeis, a Demonstração do Valor Adicionado e o Índice Financeiro, e por fim, foi realizada uma abordagem de outras pesquisas encontradas, já realizadas sobre a DVA.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com Rios e Marion (2019) a contabilidade necessita realizar cada vez mais um de seus papéis mais relevantes, isto é, ser útil para a sociedade, proporcionando informações mais amplas e que incluam também informes sociais e ambientais. As boas práticas contábeis, retratadas por demonstrações confiáveis, tem o poder de mudar os rumos de uma empresa, como da economia de um modo geral. Ribeiro (2018) afirma que o objeto da contabilidade é o patrimônio das organizações empresariais e tem como principal objetivo o controle desse patrimônio em consequência das suas modificações.

De acordo com o CPC 26 (2011) às demonstrações financeiras demonstram a posição patrimonial e financeira e o desempenho da empresa de uma forma estruturada. Segundo o CPC 00 (2019) às demonstrações financeiras fornecem informações da situação financeira da empresa que reporta, tais informações são sobre os recursos econômicos da empresa e as reivindicações contra a empresa que reporta e também fornecem informações sobre os resultados de transações e outros fatos que modificam os recursos econômicos e as reivindicações. Os dois tipos de informações propiciam dados com utilidade para a tomada de decisão relativo a oferta de recursos a empresa.

Segundo o CPC 26 (2011) a finalidade das demonstrações contábeis é de fornecer informações que revelem a posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da empresa, informações estas que ao serem avaliadas, sejam úteis e possam influenciar a tomada de decisão de seus diversos usuários. Alves (2016) afirma que através das demonstrações contábeis, é possível revelar a real situação da entidade, tornando clara a posição financeira e patrimonial e também o desempenho das atividades operacionais.

De acordo com o CPC 00 (2019) as demonstrações contábeis também objetiva demonstrar a avaliação da administração na gestão sobre recursos econômicos da empresa. Martins, Diniz e Miranda (2018) afirmam que as demonstrações contábeis, também objetivam a apresentação dos resultados da atuação dos gestores da entidade, em relação às suas atribuições e responsabilidades na administração eficiente dos recursos que lhe foram atribuídos.

Conforme a Lei 6.404/1976 alterada pela Lei 11.638/2007 estabelece que ao término de cada exercício social, a diretoria determinará a elaboração, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir de forma clara a real situação patrimonial da entidade e suas modificações ocorridas no exercício: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado (se for companhia aberta). O CPC 26 (2011) traz o grupo completo das demonstrações contábeis, que são Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração do Resultado Abrangente do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período, Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período, Demonstração do Valor Adicionado do Período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente e notas explicativas.

Independentemente de ser obrigatória para algumas entidades, é importante a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, pois possibilita uma espécie de

caminho, parâmetro comparativo de períodos anteriores ao atual, para os administradores, dando assim suporte nas tomadas de decisões, através da divulgação destes demonstrativos, os usuários internos e externos podem analisar o desenvolvimento da entidade e sua contribuição.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

De acordo com Ribeiro (2018) a Demonstração do Valor Adicionado - DVA é um demonstrativo contábil de origem europeia, principalmente por influência da Inglaterra, França e Alemanha, internacionalmente cada vez mais tem sido adotada em virtude da recomendação da Organização das Nações Unidas - ONU. Segundo Padoveze (2018) a DVA torna evidente o quanto de riqueza foi produzida por uma determinada entidade.

No Brasil com a promulgação da Lei 11.638/2007, tornou obrigatório a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado para as companhias de capital aberto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com o intuito de orientar a elaboração da DVA, emitiu o Pronunciamento Técnico CPC- 09 (2008), que contém os critérios e orientações para a sua elaboração. Müller, Cordeiro e Scherer (2019) afirmam que o objetivo do CPC 09 é determinar os parâmetros utilizados para elaborar e divulgar um dos componentes do Balanço Social, ou seja, a Demonstração do Valor Adicionado.

Padoveze (2018) afirma que do ponto de vista macroeconômico, a DVA é bastante relevante, visto que conceitualmente o Produto Interno Bruto - PIB de um país, está representado pelo somatório dos valores agregados (ou adicionados) esta relevância se dar também pelo fato que, em determinados países, para que se possa implantar entidade transnacional se faz necessário a demonstração do valor adicionado que irá ser produzido.

Segundo Ribeiro (2014) a DVA trata-se de uma demonstração contábil que apresenta o quanto de riqueza foi produzida pela entidade, ou seja, o quanto de valor foi adicionado pela entidade aos seus fatores de produção e sua distribuição aos componentes que colaboraram para essa produção de valores. Para se obter o melhor entendimento dessa demonstração se faz necessário compreender o termo valor adicionado, segundo o CPC 09 (2008) valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido a entidade. Ribeiro (2018) afirma que a diferença entre o valor da receita de vendas e os custos do capital adquirido de terceiros corresponde ao valor adicionado. Ainda segundo Ribeiro

(2018) a DVA é uma demonstrativo contábil que indica o quanto de riqueza foi produzida pela a empresa, ou seja, o quanto foi adicionado de valor por ela aos seus fatores de produção, e o quanto e como a riqueza foi distribuída entre colaboradores, governo, investidores, financiadores, como também a parte da riqueza que não foi distribuída.

Segundo Gelbcke et. al. (2018) o objetivo da Demonstração do Valor Adicionado é apresentar o valor econômico da riqueza produzida pela entidade, resultante de um empenho coletivo, e a distribuição da produção dessa riqueza aos agentes que contribuíram, de maneira que termina prestando informações a todos agentes econômicos envolvidos na entidade, ou seja, aos proprietários e acionistas, empregados, governo, financiadores. De acordo com Alves (2016) a DVA é um demonstrativo que tem por objetivo a apresentação da origem e como ocorreu a evolução da riqueza gerada pela a empresa, além de que, seu propósito é revelar a distribuição da riqueza e os valores que foram incluídos aos seus fatores de produção.

Ribeiro (2018) afirma que a Demonstração do Valor Adicionado contém informações de natureza social, diferentemente, das demais demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976, representando um grande avanço para a contabilidade, especialmente porque os indicadores e as informações contidas na DVA alcançam um universo maior de usuários, demonstrando a geração da riqueza e sua distribuição entre os agentes econômicos. Padoveze (2018) enfatiza que a DVA juntamente com as demais demonstrações facultativas e informações de natureza ecológica, social, e de produtividade complementares, figura um conjunto de informações intitulado Balanço Social.

De acordo com Ricarte (2005) as informações contidas na DVA têm o objetivo de atender as necessidades específicas de diferentes grupos de usuários conforme expostos no quadro 01 a seguir:

USUÁRIOS	DESCRIÇÕES
Colaboradores e Representações Sindicais:	A Demonstração do Valor Adicionado serve de parâmetro comparativo entre empresa do mesmo ramo, em virtude das negociações salariais, serve de base para avaliar o comportamento da evolução remuneratória.
Governo e Diversas Instituições:	Estes podem elaborar pesquisas comparativas da carga tributária por segmentos, ramo de atividades, analisando quais os setores que mais contribuíram para a construção da receita tributária, fazendo com que os governos modifiquem ou prossigam seus planejamentos, suas políticas e incentivos.

Credores e Financiadores:	A estes usuários a DVA esclarece a geração de riqueza da empresa, seu progresso e o seu desempenho econômico.
Sócios e Investidores:	Aos constituintes do capital próprio da empresa, a DVA demonstra a parte que lhe foi atribuída em determinado período, ou seja, o retorno do seu investimento.
Gestores:	Aos administradores da entidade a DVA demonstra a título de ordenados a parcela que lhes cabem, é um instrumento que serve de suporte ao planejamento estratégico, ao controle e a decisão.
À sociedade de modo geral:	Por meio da DVA, a comunidade organizada pode certificar a relevância das práticas de dever social das empresas, assim como também analisar a criação da riqueza e sua forma de distribuição.

Quadro 01 – Usuários da DVA
 Fonte: Adaptado de Ricarte (2005)

De acordo com o CPC 09 (2008) a DVA é elaborada com dados retirados principalmente a partir da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, todavia estes demonstrativos têm enfoque de informações diferenciadas, a DRE é uma demonstração contábil financeira que procura apresentar o lucro líquido da entidade, suas informações são direcionadas principalmente para os acionistas e sócios da entidade, apresentando assim o retorno financeiro a estes. Segundo Viceconti e Neves (2018) a DRE aponta apenas qual parte da riqueza gerada efetivamente permaneceu na entidade na condição de lucro e a DVA procura apresentar a geração de riqueza e a contribuição econômica da entidade a qual está inserida, abrangendo assim um maior grupo de usuários da informação, demonstrando o seu retorno a todos os agentes que contribuíram na geração da riqueza.

Segundo o CPC 09 (2008) a Demonstração do Valor Adicionado está dividida em duas etapas, primeira etapa apresenta detalhadamente a criação da riqueza gerada pela empresa, dividida principalmente em receitas, insumos adquiridos de terceiros e valor adicionado recebidos em transferências e a segunda parte detalha como foi realizada distribuição da riqueza gerada, esta distribuição deve ser detalhada da seguinte forma: pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capital de terceiros (juros e aluguéis); remuneração de capital próprio (juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos; lucros retidos/prejuízos do exercício). Padoveze (2018) afirma que conceitualmente a DVA está dividida em dois aspectos, o primeiro é o valor da produção, ou seja, o resultado líquido produzido pelas atividades da entidade que excede aos valores utilizados na compra de insumos e serviços terceirizados e o segundo é a distribuição do valor adicionado aos agentes econômicos.

Segundo o CPC 09 (2008) existem especificamente três modelos de Demonstração do Valor Adicionado, o primeiro trata de um modelo direcionado a empresas em geral, o segundo modelo refere-se a instituições financeiras e bancárias e o terceiro modelo é indicado para as seguradoras.

2.3 ÍNDICE FINANCEIRO - IFNC

De acordo com o Banco Central do Brasil – BCB (2020) o Sistema Financeiro Nacional - SFN é formado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC (órgãos normativos), Banco Central do Brasil – BCN, Comissões de Valores Mobiliários – CVM, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC (órgãos supervisores) e pelos órgãos responsáveis pela a operação do SFN que são: Bancos e Caixa Econômica, Cooperativas de crédito, Administradoras de Consórcios, Corretoras e distribuidoras, Bolsa de Valores, Bolsa de Mercadorias e Futuros, Seguradoras e Resseguradoras, Entidades Abertas de previdência, Entidades Fechadas de previdências complementar (fundos de pensão), Demais Instituições não Bancárias e Sociedades de Capitalização.

No Brasil a Bolsa Brasil Balcão – B3 é a empresa responsável pela administração do mercado de ações. Segundo B3 (2020) a Brasil Bolsa e Balcão faz parte do grupo das principais entidades de infraestrutura de mercado financeiro mundial, atuando no ramo de bolsa e de balcão. Ainda, segundo B3 (2020) a empresa executa as seguintes atividades: cria e gerencia sistemas de negociação, para as principais classes de ativos, realiza a compensação, liquidação, depósito e registro, podendo ser ações e títulos de renda fixa corporativa até derivativos de moedas, operações estruturadas e taxas de juro e de commodities.

De acordo com a B3 (2020) o Índice Financeiro - IFNC é o resultado de uma carteira de ativos, cujo objetivo é ser o indicador do comportamento médio das cotações dos ativos mais negociáveis e representativos dos setores de que fazem a intermediação financeira, diversos serviços financeiros, previdência e seguros. O IFNC tem em sua composição ações e *units* exclusivamente de ações de Companhias listadas na B3.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Alguns acadêmicos estudaram empresas do ramo financeiro com atuação em todo o país, cuja maior parte se destinou a análise do desempenho econômico e social dessas entidades. Assim, torna-se essencial que pesquisas atuais também sejam feitas, para demonstrar a contribuição que os bancos trazem para a sociedade, retratando os benefícios da análise da DVA para os agentes econômicos.

Pinto e Freire (2013) em sua pesquisa intitulada "Análise do valor adicionado e de sua distribuição; um estudo nos bancos listados na BOVESPA com o uso da ANOVA", buscou demonstrar de que maneira os bancos distribuíram sua riqueza entre os empregados, governo, acionistas e terceiros, concluindo que o valor agregado médio dos bancos nacionais se diferencia dos bancos internacionais, a política de repartição do valor agregado aos funcionários dos bancos internacionais Santander e HSBC, se diferencia dos demais bancos, com exceção do banco Santander, os tributos atribuídos ao governo obtêm médias iguais, verificou-se que em relação a geração e distribuição de riqueza dos bancos internacionais com os bancos nacionais, existe uma política desigual.

Azevedo (2015) apresentou em sua monografia o referido objetivo, como os bancos com ações negociadas na BM&FBOVESPA, distribuíram o valor adicionado nos períodos pesquisados, para alcançar este objetivo, foi realizada a análise das Demonstrações Contábeis do Valor Adicionado, leituras das notas explicativas e relatórios da administração, os resultados encontrados revelaram que o cenário se manteve praticamente o mesmo, posteriormente o segmento que recebeu o maior valor adicionado distribuído foi o de Pessoal, logo em seguida foi o de Remuneração de Capitais Próprios, já o segmento intitulado Governo (impostos, taxas e contribuição), sempre se manteve em terceiro lugar, por último o segmento que recebeu percentual bastante inferior aos demais foi o de Remuneração de Capitais de Terceiros.

Streck (2016) em seu trabalho científico abordou o tema, distribuição do valor adicionado pelo segmento de bancos listados na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2014, buscou evidenciar como ocorreu a distribuição do valor adicionado, entre os agentes que contribuíram para a geração da riqueza e a sua evolução ao longo dos anos pesquisados, ao concluir as análises, foi possível apresentar os seguintes resultados, em relação a distribuição, a conta de Pessoal foi a que apresentou o percentual maior, em segundo foram as contas de Remuneração de Capitais Próprios e Impostos, Taxas e Contribuição e a conta com menor percentual foi a de Remuneração de Capitais de Terceiros, e ao tratar sobre a evolução, pode

evidenciar que as contas de Pessoal, Remuneração de Capitais Próprios, e Remuneração de Capitais de Terceiros apresentaram uma evolução positiva, já as contas de Impostos, Taxas e Contribuições, houve uma redução nos percentuais, ao longo dos anos pesquisados.

Silva et al. (2018) analisou adotando a DVA como instrumento de distribuição de riqueza no setor bancário, a Demonstração do Valor Adicionado dos bancos listados na B3, com o intuito de examinar a distribuição do valor agregado, entre os agentes econômicos que colaboraram com sua criação, desenvolvendo ao longo do seu trabalho a importância da Demonstração do Valor Adicionado, e segundo a pesquisa, trazendo como justificativa a importância dos estudos sobre os bancos, devido que dispõem os maiores índices de rentabilidade, os resultados da pesquisa revelaram que, a remuneração de empregados e de capitais próprios, obtiveram em média maior remuneração nos anos analisados, capitais de terceiros e governo, foram os que menos obtiveram valor, em conformidade com os períodos examinados.

Assim, busca-se, com esta pesquisa, por meio da análise da demonstração do valor adicionado das instituições bancárias que compõe o IFNC listadas na Brasil Bolsa e Balcão - B3, demonstrar e mensurar a distribuição da riqueza gerada.

3 METODOLOGIA

Tendo como instrumento adequado à pesquisa, a metodologia científica ou metodologia da pesquisa, são consideradas como orientações e diretrizes, na produção de conhecimentos. Segundo Pereira (2019, p. 43) "a metodologia é a lógica do procedimento científico e tem um caráter normativo, que se diferencia claramente da teoria (substantiva)", formando uma espécie de caminho, na busca de conhecimentos necessários para o fim maior da pesquisa, metodologia científica ou de pesquisa, é um conjunto de procedimentos e métodos usados na busca dos fatos. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 79):

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto ao objetivo do presente estudo, adotou-se uma pesquisa descritiva, que tem por objetivo relatar as características de uma população, de um fenômeno ou formação de relações entre variáveis, uma vez que propõe analisar as características e variáveis da distribuição da riqueza dos bancos que compõe o IFNC. Segundo Pereira (2019) a pesquisa descritiva, tem como finalidade examinar e detalhar um fenômeno, fundamentando-se em métodos de análise estatística, buscando explicar os fenômenos que são analisados.

No que se refere à abordagem do problema, este estudo utilizou uma pesquisa quantitativa, pois para analisar e interpretar o processo dos dados, foram utilizados instrumentos estatísticos, inclusive a porcentagem. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 327) "O pesquisador procura expressar as relações funcionais entre as variáveis e identificar os elementos básicos do fato estudado, evidenciando a evolução das relações entre diferentes elementos". As pesquisas de cunho quantitativos, são aquelas em que através de coletas de dados, com clareza e objetividade, são possíveis organizar, mensurar e interpretar estes dados, por vezes utilizando cálculos estatísticos.

Com isso a pesquisa baseia-se em realizar uma análise da distribuição da riqueza gerada dos bancos com ações no IFNC, buscando revelar de forma quantitativa as variações da distribuição da riqueza no decorrer do período analisado e examinar como cada instituição contribui com a sociedade.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM DA PESQUISA

A população é o universo da pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (2017) população ou universo é o conjunto de seres que possuem ao menos uma característica em comum. A amostra é uma pequena parte do universo, é a parcela da população de acordo com as características da pesquisa. Marconi e Lakatos (2017) afirmam que a amostra não abarca todos os integrantes do universo e sim apenas uma parte dessa população.

O universo da pesquisa é formado por bancos brasileiros que compõe o Índice Financeiro - IFNC. Conforme a B3 (2020), IFNC é o resultado de uma carteira teórica de ativo, cujo objetivo é ser o indicador médio das cotações dos ativos de maior representatividade e negociabilidade dos setores de intermediários financeiros, serviços financeiros diversos, previdência e seguros.

A amostragem da pesquisa foram bancos que fazem parte do índice IFNC: Banco ABC Brasil, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Inter, Banco BMG, Banco BTG, Banco Pan, Banco Banrisul, Banco Itaú e Banco Santander.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados é realizada por meio das demonstrações contábeis anuais divulgadas no site da Bolsa Brasil Balcão - B3. As demonstrações do Valor Adicionado analisadas oferecem o respaldo para a análise de como foi realizada a distribuição da riqueza gerada pelos bancos no período de 2018 a 2019, a definição do recorte temporal tem a intenção de trazer as informações mais atuais, ou seja, foram utilizadas as últimas demonstrações do Valor Adicionado divulgadas, a finalidade da análise de dados é organizar e possibilitar responder aos problemas de pesquisa apresentado. Os dados coletados foram organizados e tabulados através de planilhas do *software Excel 2007*, com o objetivo de construir gráficos que possibilitem o melhor entendimento dos dados obtidos e analisados.

Inicialmente, a análise dos dados fundamentou-se no estudo das Demonstrações do Valor Adicionado de cada instituição financeira. Posteriormente, foram produzidas planilhas que proporcionaram o detalhamento e evidenciação das informações obtidas, tornando possível a análise do desempenho das entidades, por segmento e ano, no tocante à distribuição da riqueza gerada na população pesquisada. Para isto, alcançou-se o resultado entre o valor adicionado distribuído por segmento e o valor total a distribuir. Por fim, foi conseguido a média dos valores distribuídos pelas instituições bancárias.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta parte será apresentada a análise da distribuição, anual, do valor adicionado dos bancos que compõe o IFNC, destinado a pessoal, ao governo, à remuneração de capitais de terceiros e capitais próprios, no recorte temporal de 2018 a 2019.

4.1 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 2018

Na prática a Demonstração do Valor Adicionado é dividida em duas partes: apresenta a geração da riqueza pela empresa na primeira parte e, a distribuição da riqueza diante dos atores

que contribuíram com a sua construção, na segunda. No entanto, esta pesquisa abordará a segunda parte, isto é, da distribuição do valor adicionado.

O Quadro 2, demonstra a distribuição da riqueza gerada pelos bancos que compõe a amostra desta pesquisa, no ano de 2018.

Razão Social	Pessoal	Governos	Terceiros	Próprios
BCO ABC BRASIL S.A.	41%	1%	2%	56%
BMG S.A.	37%	33%	2%	28%
BCO BTG PACTUAL S.A.	21%	-30%	1%	48%
BCO BRASIL S.A.	47%	19%	3%	31%
BANCO INTER S.A.	48%	20%	3%	29%
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	0%	2%	0%	98%
BCO PAN S.A.	34%	41%	4%	21%
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	31%	17%	3%	49%
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	45%	27%	3%	25%
BCO BRADESCO S.A.	37%	8%	6%	49%
MÉDIA	34,10%	13,80%	2,70%	43,40%

Quadro 02 - Distribuição do Valor Adicionado dos bancos no ano de 2018

Fonte: Elaboração própria (2020)

4.1.1 Pessoal

De acordo com o modelo de DVA para Instituições Financeiras Bancárias, proposto no CPC 09, este segmento denominado pessoal é composto por Remuneração Direta, Benefícios, F.G.T.S. e Outros (por exemplo, participação nos lucros e outros encargos). Segundo Ribeiro (2018) o segmento Pessoal representa à remuneração dos esforços realizado pela empresa no desenvolvimento de suas atividades pelos empregados (fonte de mão de obra). O banco que mais distribuiu parte da sua riqueza para este segmento foi o Banco Inter, apresentando uma porcentagem de 48%, logo em seguida foi o Banco do Brasil, com 47%, sendo ambos a maior parte destinada a Remuneração Direta. O banco que menos distribuiu para este segmento foi o Itaú Unibanco, de acordo com o quadro 2, apresenta em termos percentuais 0%, entretanto, em números reais o Itaú Unibanco distribuiu mais de R\$ 410 milhões para pessoal, diante do montante da amostra a distribuição para este segmento se torna irrelevante. Os demais bancos apresentam para este segmento, percentuais que variam entre 21% e 45%.

4.1.2 Governo

Viceconti (2018, p. 391) afirma que o segmento Governo traz a apresentação dos "valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a entidade esteja sujeita.", ou seja, são os valores repassados aos governos federal, estaduais e municipais que são destinados a sociedade. Conforme demonstrado no quadro 2, no ano de 2018, o banco que apresentou a maior destinação da riqueza gerada ao segmento denominado Governo, que é composto por Impostos Federais, Estaduais e Municipais, Taxas e Contribuições, foi o Banco PAN, apresentando o percentual de 41%. A instituição bancária que menos distribuiu o valor adicionado para este setor foi o Banco ABC Brasil, com 1%. Já o banco BTG Pactual, apresentou um percentual de -30%, conforme a nota explicativa N° 18 das demonstrações financeiras a receita de ativos fiscais diferidos totalizaram R\$ 919 milhões, o imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.059/02, levando em consideração o período de realização.

4.1.3 Remuneração de Capital de Terceiros

De acordo Viceconti (2018) o segmento Remuneração de Capital de Terceiros representa os valores creditados ou pagos aos financiadores externos, ou seja, os responsáveis pelo capital externo aplicado na empresa. No que se refere à Remuneração de Capital de Terceiros, que é constituída por alugueis e outras (como, *royalties* e franquias), é possível identificar que a distribuição da riqueza gerada pelos bancos para este segmento, se comparado aos demais, demonstrou índices relativamente baixos. O maior percentual foi o do Banco Bradesco, apresentando 6%, os demais apresentaram variações entre 1% e 4%, com exceção do Itaú Unibanco que apresentou um percentual de 0%. Uma das explicações para que estes percentuais sejam relativamente baixos, é devido ao modelo de DVA diferenciado para Instituições Financeiras Bancárias, que conforme o CPC 09, determina que a subconta juros seja inserida em Despesas de Intermediação Financeira, portanto, não integrando este segmento, diferentemente das empresas em geral.

4.1.4 Remuneração de Capital Próprio

Em relação a distribuição da riqueza gerada pela amostra estudada, para o segmento de Remuneração de Capital Próprio, conforme o modelo de DVA apresentado pelo CPC 09, este setor é formado pelas subcontas Juros sobre o Capital Próprio, Dividendos, Lucros retidos/Prejuízo do exercício e Participação dos não-controladores nos lucros retidos (em caso de consolidação). De acordo com Ribeiro (2018) a parte da DVA que corresponde a Remuneração de Capital Próprio representa os valores destinados à remuneração aos sócios e investidores, ou seja, o capital aplicado pelos proprietários da empresa. A entendida que mais remunerou o Capital Próprio foi o Itaú Unibanco, quando comparado aos demais, apresentou um percentual de 98%, portanto acima da média, dessa forma quase toda sua riqueza gerada foi destinada a este segmento. O segundo a apresentar o maior percentual foi o ABC Brasil, com 56% e o banco que apresentou o menor índice percentual para este segmento foi o Banco PAN com 21%.

Com o objetivo de demonstrar a aplicação média distribuída pelos bancos que compõe o IFNC, ou seja, que integram esse estudo, foi desenvolvido o gráfico abaixo.

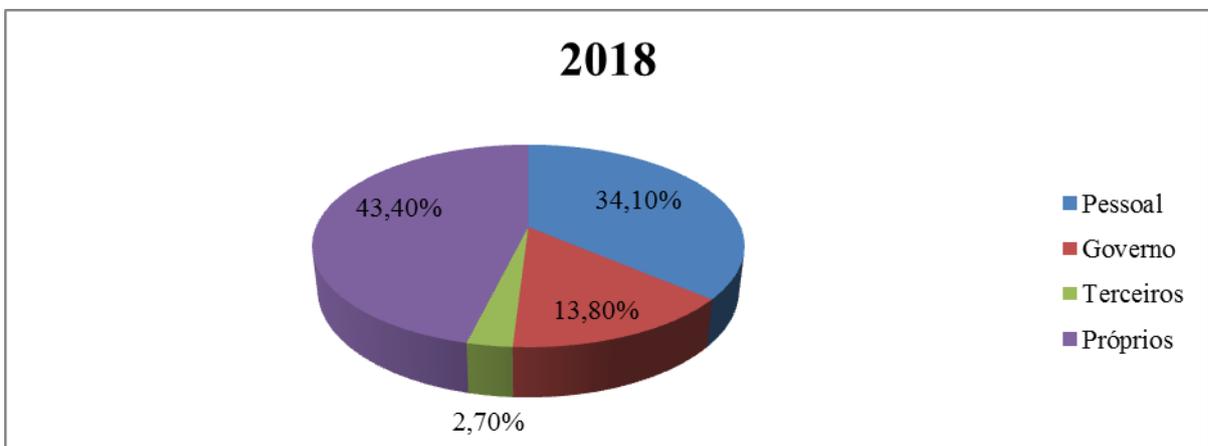


Gráfico 1 - Distribuição média do Valor Adicionado dos bancos no ano de 2018
Fonte: Elaboração própria (2020)

Como evidencia o gráfico 1, a média da distribuição da riqueza gerada pelos bancos analisados nesta pesquisa, a maior parte foi destinada para o Remuneração de Capital Próprio, demonstrando um percentual de 43,40%, em seguida com 34,10% foi o segmento Pessoal, logo após foi o segmento Governo, com 13,80%, em média o segmento que menos se destinou a riqueza gerada com 2,70%, foi o segmento Remuneração de Capital de Terceiros.

Dentro do segmento Remuneração de Capital Próprio, a maior destinação foi para a subdivisão de Lucros Retidos, com exceção dos bancos ABC Brasil, BTG Pactual, Banco Inter e Itaú Unibanco, nos quais a subdivisão de Juros sobre o Capital Próprio recebeu a maior distribuição.

No segmento Pessoal, a maior distribuição dos bancos foi composta pela subdivisão de Remuneração Direta, com exceção do banco BCO ABC BRASIL S.A, que destinou a maior parte para a subdivisão denominada Outros, especificamente, Participações nos Lucros.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 2019

Na análise realizada no ano de 2019 foi utilizada a mesma abordagem adotada para o estudo do exercício anterior. O Quadro 3 apresenta a distribuição do valor adicionado das instituições bancárias que integram este trabalho

Razão Social	Pessoal	Governos	Terceiros	Próprios
BCO ABC BRASIL S.A.	34%	8%	2%	56%
BMG S.A.	29%	-26%	1%	44%
BCO BTG PACTUAL S.A.	17%	15%	1%	67%
BCO BRASIL S.A.	47%	-12%	3%	38%
BANCO INTER S.A.	50%	19%	3%	28%
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	0%	2%	0%	98%
BCO PAN S.A.	42%	-3%	5%	50%
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	27%	20%	3%	50%
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	47%	15%	3%	35%
BCO BRADESCO S.A.	38%	-11%	5%	46%
MÉDIA	33,10%	2,70%	2,60%	51,20%

Quadro 03 - Distribuição do Valor Adicionado dos bancos no ano de 2019

Fonte: Elaboração própria (2020)

4.2.1 Pessoal

Como demonstra o quadro 3, o Banco Inter novamente foi o que mais destinou o valor adicionado para o segmento Pessoal, apresentando um percentual de 50%, comparando com o ano de 2018, houve uma variação positiva de 2%. Já o banco que menos distribuiu a riqueza gerada foi o banco Itaú Unibanco, assim como em 2018, apresentou o mesmo percentual 0%, para este segmento, conforme os mesmos critérios utilizados para ambos os anos. Os demais apresentaram para este setor, percentuais que variam entre 17% e 47%.

4.2.2 Governo

No ano de 2019, conforme apresentado no quadro 3, o Banco Santander, destinou 20% de sua riqueza para este segmento, quando comparado com os demais bancos da amostra, foi o que mais distribuiu valor adicionado, já os bancos PAN, Bradesco, Banco do Brasil e BMG, apresentaram respectivamente os percentuais -3%, -11%, -12% e -26%, devido a créditos de tributos federais.

4.2.3 Remuneração de Capital de Terceiros

Conforme os percentuais apresentados o segmento de Remuneração de Capital de Terceiros no ano de 2019, assim como em 2018, foi o que menos recebeu destinação do valor adicionado, repetindo índices relativamente baixos. O Itaú Unibanco, igualmente a 2018 continuou apresentado um percentual de 0%, já os bancos PAN e Bradesco apresentaram percentuais de 5%, sendo os que mais destinaram valor adicionado para este segmento. Os demais apresentaram percentuais entre 1% e 3%.

4.2.4 Remuneração de Capital Próprio

O Itaú Unibanco, assim como o ano anterior analisado, foi o que mais destinou valor adicionado para este setor, revelando um percentual significativo de 98%, em seguida os bancos PAN e Santander, apresentaram percentual de 50%, a variação entre a maior e menor distribuição para este segmento foi de 70 pontos percentuais.

Como realizado no ano de 2018, objetivando demonstrar a aplicação média distribuída pelos bancos que compõe o IFNC, no período de 2019, foi desenvolvido o gráfico abaixo.

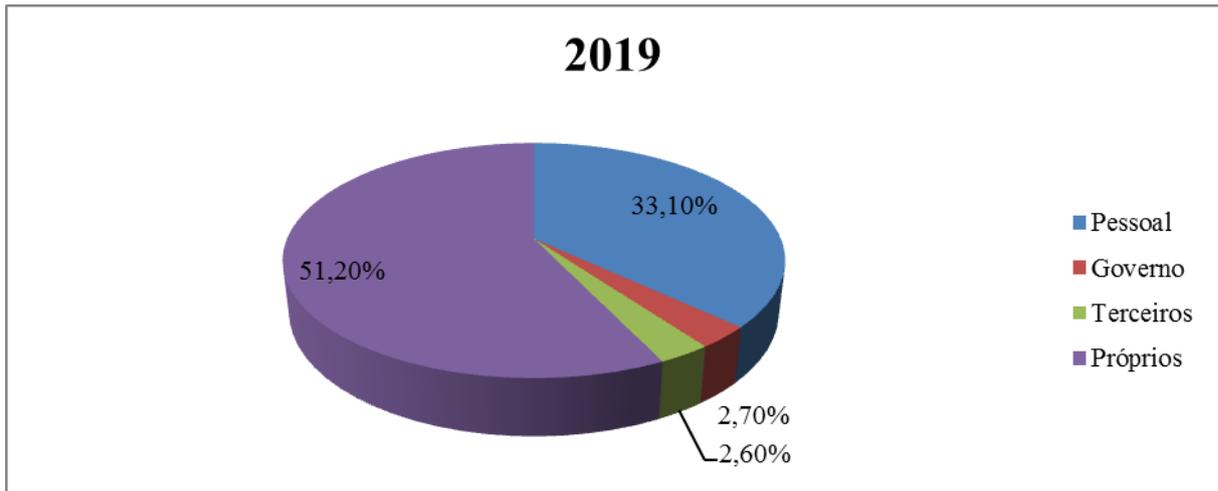


Gráfico 2 - Distribuição média do Valor Adicionado dos bancos no ano de 2019
Fonte: Elaboração própria (2020)

Diante do gráfico 2, o segmento denominado Remuneração de Capital Próprio, conforme observado, continuou apresentando o maior índice de distribuição, revelando um percentual médio de 51,20%, em seguida o segmento de Pessoal apresentou uma média de 33,10%, o segmento Governo apresentou uma média de 2,70% e Remuneração de Capital de Terceiros, obteve um percentual médio de 2,60%.

Fazendo uma análise da distribuição média, quando comparamos o ano de 2018 em relação ao ano de 2019, observa-se que os valores destinados ao Pessoal houve uma retração de -3%, já os valores remetidos ao segmento Governo a retração foi de -80%, a parte designada a Remuneração de Capital de Terceiros houve uma diminuição de -4% e o único segmento que houve uma evolução foi o de Remuneração de Capital Próprio apresentando um percentual de crescimento de 18%. Dessa forma, observa se que o segmento que mais evoluiu em termos percentuais foi o de Remuneração de Capital próprio e o que demonstrou a maior retração foi o segmento Governo.

Fazendo uma comparação com os resultados obtidos nesta presente pesquisa e os trabalhos anteriores citados na fundamentação teórica, foi possível observar que, a forma de distribuição do valor adicionado das entidades bancárias analisadas, permaneceram praticamente os mesmos. Sendo a maior parte do valor adicionado destinado para os segmentos Remuneração de Capital Próprio e Pessoal, logo após o segmento Governo e por último Remuneração de Capital de Terceiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral, evidenciar a forma de distribuição do valor adicionado composto pelos os segmentos: Pessoal, Governo, Remuneração de Capital Próprio e Remuneração de Capital de Terceiros, dos bancos que compõe o Índice Financeiro -IFNC, com ações negociadas na B3, no período de 2018 a 2019.

Através da realização da análise da distribuição anual da riqueza gerada por meio da DVA, verificou-se que nos anos de 2018 e 2019, em média o segmento que mais recebeu valor adicionado foi o Remuneração de Capital Próprio, em 2018 a empresa que mais destinou valor adicionado para este segmento foi o Itaú Unibanco, com 98% e o que menos distribuiu foi o Banco PAN com 21%, já em 2019 a empresa que mais destinou valor adicionado para este segmento continuou sendo o Itaú Unibanco com 98% e a variação entre a maior e menor distribuição para este segmento foi de 70 pontos percentuais.

O segundo segmento que mais recebeu valor adicionado nos dois anos analisados, foi o Pessoal, em 2018, a empresa que mais destinou valor adicionado para o segmento foi o Banco Inter, apresentando um percentual de 48% e a empresa que menos distribuiu para este segmento foi o Itaú Unibanco, apresentando percentual 0%, todavia, teve uma distribuição de mais de R\$ 410 milhões diante do montante da amostra a distribuição para este segmento se torna irrelevante. E no ano de 2019, o Banco Inter novamente foi o que mais destinou valor adicionado para este segmento, apresentando um percentual de 50%, o banco que menos distribuiu foi o Itaú Unibanco, assim como em 2018, apresentou o mesmo percentual 0%.

Em terceiro vem o segmento Governo, sendo que em 2018 e a empresa que mais distribuiu valor adicionado para este segmento foi o Banco PAN, apresentando o percentual de 41% e o que menos distribuiu o valor adicionado para este setor foi o Banco ABC Brasil, com 1%. Já o banco BTG Pactual, apresentou um percentual de -30%. Já no ano de 2019 houve um declínio em percentual, passando apresentar um percentual de 15% em 2018 para 3% em 2019, devido que os bancos PAN, Bradesco, Banco do Brasil e BMG, apresentaram respectivamente os percentuais -3%, -11%, -12% e -26%, devido a créditos de tributos federais e o Banco Santander foi o que mais destinou valor adicionado, apresentando percentual de 20%.

E por último em média o segmento que menos se destinou a riqueza gerada tanto em 2018 como em 2019, foi o Remuneração de Capital de Terceiros, em 2018, dentro deste segmento o maior percentual apresentado foi o do Banco Bradesco, com 6%, os demais apresentaram variações entre 1% e 4%, com exceção do Itaú Unibanco que apresentou um

percentual de 0%. E no ano de 2019 o Itaú Unibanco, igualmente a 2018 continuou apresentado um percentual de 0%, já os bancos PAN e Bradesco apresentaram percentuais de 5%, sendo os que mais destinaram valor adicionado para este segmento. Os demais apresentaram percentuais entre 1% e 3%.

Desta forma foi possível analisar como foi repartido o valor adicionado pelos bancos, demonstrando quais foram os segmentos que receberam a maior e menor destinação e as variações ocorridas nos segmentos entre os dois anos, revelando aos usuários da informação contábil, bem como a sociedade, o retorno econômico e social, através das remunerações direta, dos impostos, da remuneração de terceiros e retorno aos acionistas e sócios.

Assim, nota-se que pesquisa dessa natureza é relevante pois através dos resultados obtidos por meio da análise da Demonstração do Valor Adicionado, é revelado o quanto os bancos contribuem para a sociedade, auxilia os gestores e investidores a conhecer melhor seu negócio e propicia informações que podem ser utilizadas na gestão das instituições bancárias.

Recomenda-se para possíveis pesquisas futuras sobre o assunto, a ampliação da população e da amostra pesquisada, fazer a mesmo estudo em outros períodos, como também, pesquisas comparativas das diversas empresas que compõe outros índices da Brasil Bolsa Balcão - B3.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline – **Contabilidade Avançada** – Aline Alves – Porto Alegre: Sagah, 2016.

AZEVEDO, Emília Moura de – **Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre a distribuição do valor adicionado pelas empresas do segmento de Bancos com ações negociadas na BM&F Bovespa** – Emília Moura de Azevedo – Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sobre: Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em – <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>> Acesso em 27 de setembro 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm> Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em: 27 set. 2020.

B3 – BOLSA BRASIL BALCÃO. **Sobre: IFNC – Índice Financeiro da Bovespa.** Disponível em – <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-financeiro-ifnc.htm> Acesso em: 27 set. 2020.

B3 – BOLSA BRASIL BALCÃO. **Sobre: Brasil Bolsa e Balcão.** Disponível em – <http://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/> Acesso em: 27 set. 2020

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.** Disponível em: <www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos> Acesso em: 27 set. 2020.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) .** Disponível em: <www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos> Acesso em: 27 set. 2020.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis .** Disponível em: <www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos> Acesso em: 27 set. 2020.

GELBCKE, Ernesto Rubens et. al – **Manual de Contabilidade Societária.** – Ernesto Rubens Gelbcke et. al. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi – 7. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** – Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi – 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica.** – Eliseu Martins, Josedilton Alves Diniz, Gilberto José Miranda – São Paulo: Atlas, 2018.

MÜLLER, Aderbal; CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues; SCHERER, Luciano – **Contabilidade avançada e internacional** – Aderbal Müller, Cláudio Marcelo Rodrigues Cordeiro, Luciano Scherer – 4. ed – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís – **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária** – Clóvis Luís Padoveze – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

PINTO, Leonardo José Seixas; FREIRE, Fátima de Souza – Análise do valor adicionado e de sua distribuição: um estudo nos bancos listados na BOVESPA com uso da ANOVA. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 1, p. 65–75, 3 maio 2013.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** – José Matias Pereira – 4. ed. – [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada** – Osni Moura Ribeiro – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica** – Osni Moura Ribeiro – 4. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanço Fácil** – Osni Moura Ribeiro – 11. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

RICARTE, Jádson Gonçalves – Demonstração do valor adicionado. – Jádson Gonçalves Ricarte – **Revista Catarinense da Ciência Contábil CRCSC.** – Florianópolis, v.4, n.1 O, p.49–69, dez.2004/ março 2005.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos – **Contabilidade Avançada.** Ricardo Pereira Rios, José Carlos Marion – 1 ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos – **Contabilidade avançada: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (NBC) e normas internacionais de contabilidade (IFRS)** / Ricardo Pereira Rios, José Carlos Marion. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

SILVA, Raimunda Luz et al. A demonstração de valor adicionado como instrumento de distribuição de riqueza no setor bancário brasileiro. **Anais do Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade–CODS**, v. 9, p. 146–163, 2018.

STRECK, Bruna Secret – **Distribuição do valor adicionado pelo segmento de bancos listados na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014.** – Bruna Secret Streck – Dourados, 2016.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das – **Contabilidade avançada e análises das demonstrações financeiras.** – Paulo Viceconti, Silvério das Neves – 18 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.